

INTERVENÇÕES NO CORPO COMO MARCADORES DE GÊNERO NO FENÔMENO TRANSEXUAL

Patricia Porchat

Psicóloga, psicanalista, doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo, professora da Universidade Paulista, participante da pesquisa internacional *Marcas corporais auto-infligidas à luz do laço social contemporâneo*, PST-IPUSP e Rennes 2, França. Pesquisadora do Laboratório de Epistemologia Genética do IPUSP.

E-mail: patiporchat@uol.com.br

Gláucia Faria da Silva

Psicanalista, doutoranda em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, pesquisadora convidada na Université Rennes 2 na França, participante da pesquisa internacional *Marcas corporais auto-infligidas à luz do laço social contemporâneo*, membro do Espaço Palavra-Viva.

E-mail: glaufaria@osite.com.br

Resumo: O reconhecimento legal de um novo gênero quase sempre só é feito mediante a comprovação da realização da cirurgia de redesignação de sexo. O aparato médico-jurídico cria a ilusão de um “transsexual oficial”, que necessita de um pênis ou de uma vagina para ascender à masculinidade ou à feminilidade. Pode-se dizer que atualmente a transexualidade é um sintoma que responde às exigências da sociedade. O transexual se dirige a um outro e solicita a modificação de seu corpo, colocando em jogo a necessidade de pertencer a um dos gêneros – masculino ou feminino, levando-se em conta o sexo anatômico. Judith Butler discute, através da noção de gênero como ato performativo, a ilusão de que existam substâncias ou essências de gêneros, personificadas no homem e na mulher. Butler encontra no conceito de pulsão uma das explicações para a subversão de gênero. Ao refletir acerca do fenômeno transexual, a psicanálise possibilita o reconhecimento da singularidade das pessoas transexuais, mas pode igualmente ajudar a pensar a função psíquica das intervenções no corpo como marcadores de gênero individualizadas.

Palavras-chave: transexualismo; gênero; Butler; psicanálise; pulsão; transexualidade.

Abstract: The legal recognition of a new gender is almost always done only by providing a sex reassignment surgery. The image of an authentic transsexual is created by the medical-legal apparatus as someone who

needs a penis or a vagina to make his/her masculinity or femininity stands out. We can say that transsexuality is a symptom that responds to the demands of the society. Taking into account the anatomical sex, the transsexual may have his/her necessity of belonging to one gender (either male or female) at stake and even so, he/she addresses him/herself to someone else to have his/her body modified. Through the notion of gender as a performative act, Judith Butler discusses why it is an illusion to believe that there are substances or essences of gender personified in both man and woman. Butler finds in the concept of “drive” an explanation for the subversion of gender. Reflecting on the transsexual phenomenon, psychoanalysis allows the recognition of the singular identity of transgendered people, but can also help to think the psychic function of the interventions in the body as individual gender markers.

Keywords: transsexualism; gender; Butler; psychoanalysis; drive; transsexuality.

O que é real e o que “precisa” ser real? Quais humanos seriam verdadeiros e quais humanos seriam falsos? O que chamamos de “fenômeno transexual” é o fato de, a cada dia, um número maior de pessoas autodiagnosticadas como transexuais se dirigirem a serviços públicos de saúde em busca de terapia hormonal ou de cirurgia para adequar seu corpo ao gênero com o qual se identificam. As características que definem um “transexual verdadeiro” (e que vêm sendo questionadas mesmo no campo da medicina) tornaram-se normas a serem imitadas por pessoas transexuais, apenas com a intenção de se encaixarem no estereótipo que lhes permitirá a realização da cirurgia de readequação de sexo. Esta, por sua vez, dará acesso a um documento de identidade oficial com o nome desejado. O “transexual verdadeiro” teria ojeriza a seus genitais, não aceitaria seu corpo, não se masturbaria, seria assexuado e esperaria a cirurgia de transgenitalização para poder se relacionar sexualmente. Não é sem uma certa dose de ironia que nos deparamos com a ideia de que, além de definir o que seria um homem e uma mulher verdadeiros, agora a sociedade também define o que é um “transexual verdadeiro”. Pretendemos aqui discutir em que medida as intervenções corporais realizadas por essas pessoas, com a intenção de adequação ao gênero masculino ou feminino, se endereçam, por vezes, a um olhar médico-jurídico que corresponde a um discurso normativo sobre os corpos e sobre os gêneros.

Essa reflexão toma como ponto de partida a definição de gênero como “ato performativo” proposta por Judith Butler (1990/2003). O conceito de *performatividade* utilizado por Butler deriva de Derrida, ou melhor, de uma leitura que este fez de Austin.¹ Na teoria dos atos de fala de Austin, considera-se performativa a prática discursiva que torna realidade ou produz aquilo que nomeia (AUSTIN, 1955, apud BUTLER, 1993/2002). Austin faria uma divisão entre atos de fala constatativos e atos performativos. Estes últimos produziram os acontecimentos aos quais se referem. Por exemplo, na frase: “Eu os declaro marido e mulher”, o poder opera através do discurso; são formas enunciativas de autoridade. Em Austin, o performativo pareceria revelar que o fenômeno nomeado e, a partir desse momento, existente, toma sua existência a partir do poder de um sujeito ou de sua vontade. Aí aparece a crítica de Derrida, que propõe que este poder é sempre derivado. Dirá Derrida que um enunciado performativo tem êxito porque sua formulação repete um enunciado codificado, é identificado como um modelo repetido, uma citação (DERRIDA, 1988, apud BUTLER, 1993/2002, p. 34-35). A partir desse questionamento feito por Derrida, Butler tomará a ideia de performatividade e de repetição como referências para o conceito de gênero. Usa “performatividade” para dizer que o ato performativo torna real e produz aquilo que nomeia ou atua (enquanto gesto e comportamento) e “repetição”, porque este ato é sempre uma citação de algo, é referido a um código e, por isso mesmo, é efetivo. São citações e repetições, entretanto, baseadas em convenções. A linguagem falada, assim como a escrita, pode ser repetida, é reconhecida e tem eficácia fora de um contexto original. Está pressuposto que, se há inteligibilidade *per se* daquilo que foi escrito ou falado, há autonomia e desvinculação em relação a um original, há existência separada. É no seio dessa definição que Butler introduz aquilo que vai diferenciá-la de outros autores das teorias de gênero: a possibilidade de uma repetição subversiva e transformadora (BUTLER, 1990/2003; 1993/2002).

Para Butler, o gênero é um ato, requer uma performance que, ao se repetir, mantém o gênero em sua estrutura binária. É uma ação pública, encena significações já estabelecidas socialmente e desse modo funda e consolida o sujeito. O gênero é um efeito performativo de atos repetidos, sem um original ou uma essência. Não expressa nem revela uma identidade preexistente. Diz a autora:

1 Não é nosso intuito aqui avaliar o rigor da interpretação que Butler faz do conceito deste autor. Trata-se de situar o ponto de partida para a construção de sua noção de gênero como ato performativo.

O gênero não deve ser interpretado² como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. (BUTLER, 1990/2003, p. 200, grifos da autora)

Gostaria de chamar a atenção aqui para a presença do corpo na construção do gênero e na definição de performatividade. Inclui gestos, movimentos e estilos corporais que criam a ilusão de um eu. Podemos aqui avançar a hipótese de que as intervenções corporais realizadas pelas pessoas transexuais (não apenas a cirurgia de transgenitalização, mas igualmente o uso de hormônios para alterar a voz e reduzir ou aumentar a quantidade de pêlos, o uso de silicone para obter seios e nádegas arredondadas, além da raspagem do pomo de Adão) são formas de moldar e adequar o corpo de acordo com o gênero que elas sentem possuir. Trata-se de um ajuste anatômico. Gênero é uma identidade da qual o corpo faz parte. Diz Butler:

Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma *temporalidade social* constituída. Significativamente, se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a *aparência de substância* é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização *performativa* em que a platéia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença. (...). (BUTLER, 1990/2003, p. 201, grifos da autora)

Sua definição de gênero denuncia o equívoco dos modelos que pensam a identidade como substância. Trata-se de uma ilusão que engana o próprio sujeito. Sendo o corpo-gênero marcado pelo *performativo*, ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade.

É precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades de transformação do gênero, na possibilidade da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou numa repetição parodística que denuncie o efeito fantástico da identidade permanente como uma construção politicamente tênue(...). (BUTLER, 1990/2003, p. 201)

2 Na tradução brasileira, no lugar de “interpretado” está “construído”, o que altera completamente o sentido. Segui a tradução espanhola.

Acima aparece o que Butler entende como possibilidade de repetição subversiva e transformadora. São as repetições que fornecem condição de mudança, seja por uma qualidade intrínseca à própria repetição do que foi assumido como norma de gênero e que, por algum motivo, não consegue ser reproduzido de modo igual, seja pela intenção de subverter as normas de gênero presentes na paródia. Em *Undoing Gender*, publicado em 2004, ou seja, quatorze anos após o aparecimento do livro que introduziu a noção de gênero como ato performativo³, Butler recorre à psicanálise para compreender como, do ponto de vista subjetivo, podem vir a ocorrer transformações sociais. O pivô da repetição subversiva de gênero é encontrado no conceito de “pulsão”. De acordo com Butler, o discurso produz tanto a materialidade do corpo como o gênero, mas a reiteração é necessária porque a materialização nunca é completa. O corpo, no entanto, excede as intenções do sujeito e não acata completamente as normas que impõem sua materialização. Nesse sentido, o corpo resiste tanto às intenções do sujeito quanto às normas sociais. Butler admite que, até certo ponto, “...somos dirigidos por aquilo que não conhecemos e não podemos conhecer e esta pulsão (Trieb) é precisamente o que não se reduz à biologia e nem à cultura, mas sempre o lugar de sua densa convergência.” (BUTLER, 2004, p. 15). Butler abre espaço para a transformação individual e, conseqüentemente, social, quando diz que as normas não exercem um controle definitivo, ao menos não sempre.

O sujeito iludido em sua identidade responde às relações de poder presentes na imposição das normas de gênero. A constituição das identidades masculina e feminina serve a um poder regulador que obedece à estrutura da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória. Da mesma forma, este poder regulador tenta impedir a percepção do caráter performativo de gênero, que, por sua vez, apontaria para novas possibilidades de gênero.

Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são *performativos*, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas,

3 *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão do sujeito* foi publicado pela primeira vez em 1990.

como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2003, p. 200, grifos da autora)

Curiosamente, se a transexualidade, assim como a travestilidade⁴ e outras manifestações de gênero que não se conformam a uma masculinidade ou feminilidade supostamente verdadeiras, podem ser usada para se pensar o caráter performativo de gênero, isso não implica que todas as pessoas transexuais pensem, de fato, em novas possibilidades de gênero. O que a psicanálise proporciona, com a ideia de uma sexualidade que não se indexa a qualquer identidade, possibilitando transformações de ordem individual e social, nem sempre se aplica a esses casos.

Não há dúvida quanto ao fato de que a medicina, o campo jurídico, a religião e, por que não dizer a sociedade, em geral, preferem lidar com gêneros clara e distintamente definidos, ou seja, o feminino e o masculino. O “transtorno de identidade de gênero”, assim descrito no DSM IV (F64.X), aponta justamente para a existência de pessoas com muita clareza sobre o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”, num corpo que não condiz com o gênero percebido com tanta certeza. A identificação do transtorno como condição para apoio às modificações corporais e legais vem sendo objeto de debate internacional, tendo em vista a nova versão do DSM, prevista para 2013. Em que medida o transexualismo deve ou não continuar a ser considerado como uma patologia? A “transexualidade” aparece nesse cenário como um termo que traz à tona inúmeros casos de pessoas que não buscam realizar todos os procedimentos previstos pela medicina e pela lei com relação ao transtorno de identidade de gênero. Por não serem considerados como “transexuais verdadeiros” em busca de se tornarem “homens verdadeiros” ou “mulheres verdadeiras”, não podem usufruir (ou enfrentam inúmeros obstáculos para eventualmente usufruir) dos serviços estatais dirigidos a essa população.

Por que o reconhecimento como “humano verdadeiro” e, conseqüentemente, tudo o que daí decorre em termos jurídicos, necessita de um corpo adequado a um gênero, ou seja, precisa partir de um “transexual verdadeiro” para se chegar a uma “mulher (quase) verdadeira ou a um “homem (quase) verdadeiro”? Por que não pode haver

4 Utilizo os termos “transexualidade” e “travestilidade” para fazer referência às identidades de pessoas transexuais e travestis, retirando essas manifestações do campo da patologia.

apenas reconhecimento de gênero? Para se tornar sujeito reconhecido em nossa sociedade, assume-se uma norma corporal. Nessa assunção, há a questão da identificação. Certas identificações satisfazem a normalização e outras não, elas estão excluídas do campo das possibilidades.

O que é considerado uma pessoa? O que é considerado um gênero coerente? O que qualifica (alguém) como cidadão? O mundo de quem é legitimado como real? Subjetivamente, podemos perguntar: Quem eu posso vir a ser num mundo em que os significados e os limites do sujeito estão previamente dados? E o que acontece quando começo a me tornar aquilo para o qual não há lugar neste regime da verdade? (BUTLER, 2004, p. 58)

Berenice Bento, em seu estudo sociológico sobre a transexualidade, procura desconstruir a identidade transexual, despatologizando a transexualidade. Ela resume os tipos que encontrou sob o nome “transexual”:

Ao longo do trabalho de campo, conheci histórias de vida de transexuais que têm uma vida sexual ativa; que vivem com seus/suas companheiro/as antes da cirurgia; de pessoas que fazem a cirurgia, mas não tiveram relações heterossexuais, pois se consideram lésbicas e gays. Aproximei-me de outros que não acreditam que a cirurgia lhes possibilitará ascender à masculinidade ou à feminilidade, pois defendem que suas identidades de gênero não serão garantidas pela existência de um pênis ou de uma vagina e que, portanto, a principal reivindicação é o direito legal à identidade de gênero, independentemente da cirurgia. (BENTO, 2006, p. 152)

A autora relata inúmeros casos em que são contraditos os “dogmas” da identidade transexual. No entanto, na entrevista com as equipes médicas, que decidem sobre sua inclusão, ou não, no processo que lhes permitirá prosseguir em sua reivindicação de um novo sexo anatômico ou de uma nova identidade de gênero, muitos transexuais descobrem ser necessário mentir.

Bento comenta a inadequação do processo pelo qual o/a candidato/a à cirurgia passa. Uma das obrigações é fazer um “treinamento” no papel oposto para ser avaliado numa escala de feminilidade/masculinidade. Se estiver conforme ao papel esperado, sua demanda de redefinição do sexo poderá ser considerada legítima. Percebemos que a variação de gênero interna ao que seria a “categoria” transexual também sofre uma imposição de normas. Deve se reduzir ao modelo médico. Não há espaço para a singularidade no transexual.

Para Bento, muitos indivíduos que buscam a cirurgia o fazem pela necessidade de conformação ao discurso predominante: ter de ser de um sexo. Tanto os indivíduos que se encaixam nos casos que a medicina denomina de “intersexo”, como por exemplo, os hermafroditas, quanto os transexuais, colocam em questão para a ciência, mas não apenas para ela, o princípio de que um dimorfismo natural (de sexo, de gênero ou de ambos) deveria ser estabelecido ou mantido a qualquer custo. Aqui podemos incluir a maioria das correntes psicanalíticas.

Nos transexuais existe um processo de construção dos corpos que busca ajustar-se ao modelo dimórfico. Assim como as pessoas transexuais, se pensarmos sob a perspectiva de gênero como ato performativo, homens e mulheres também estão permanentemente refazendo seu gênero através do que falam, através de seus gestos, através de seu vestuário e mesmo através de intervenções em seus corpos. Lembremos, por exemplo, das cirurgias plásticas de embelezamento, ou mesmo cirurgias de alargamento do pênis. Consideremos ainda a atividade de musculação associada a um tipo especial de alimentação para atingir contornos e formas musculares condizentes com determinada ideia de masculinidade.

A escuta de pacientes transexuais em psicoterapia individual e em grupo dentro de um programa de atendimento do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, no Rio de Janeiro, revelou que, mesmo entre aquelas pacientes que chegam com uma demanda clara em relação à cirurgia de transgenitalização, algumas se dão conta de que podem até desistir da cirurgia (sem desistir da transexualidade). O desejo de adaptação à norma heterossexual ditava sua demanda. Para algumas transexuais, a cirurgia passou a ser considerada como apenas uma entre outras ferramentas para a construção de sua identidade de gênero. Já para outras pacientes, a cirurgia era fundamental para a sua sobrevivência emocional (ARÁN et al., 2008).

Quais marcas de gênero importam e para quem? Antes de mais nada, lembremos que os marcadores de gênero realizados pelos transexuais são um pedido de acolhimento e reconhecimento de uma identidade de gênero diferente daquela atribuída por ocasião de seu nascimento, mas, igualmente, manifestam formas singulares de subjetivação.

A clínica psicanalítica, desde a histeria de conversão, se deparou com patologias e com subjetividades que fazem do corpo um enigma. A transexualidade se insere nessa série como um fenômeno que coloca em cena não apenas o corpo e o desejo do Outro, mas também o gênero em sua forma binária simples e o reconhecimento social daqueles que nela não se enquadram.

Voltando a Judith Butler, se ela toma a pulsão para sustentar sua ideia de que há algo que brota do corpo e que não permite uma indexação a qualquer identidade de gênero – no que coincide com a psicanálise freudiana e laciana –, como podemos entender as marcas de gênero realizadas pelas pessoas transexuais? Se gênero não existe como essência, ao se repetirem (podendo falhar e surpreender na repetição) as normas de gênero inculcadas desde o nascimento, ou ao se realizar uma paródia das normas de gênero, algo da economia psíquica se revela. Alguns marcadores de gênero seriam privilegiados em relação a outros? Algumas partes do corpo seriam intocáveis? Assim como outras marcas corporais (tatuagens, piercings, etc.), os marcadores de gênero revelariam fragmentos da história de cada um em busca de uma representação? Quais funções os marcadores de gênero teriam na economia psíquica?

Não pretendemos aqui responder a essas perguntas, mas apenas problematizar a reflexão psicanalítica acerca do fenômeno transexual. A permanência do transexualismo no campo da psicopatologia, assim diagnosticada pela psiquiatria, corre o risco de fixar uma posição subjetiva que responde à demanda de um tipo específico de relação entre o sujeito e seu corpo, pautado pelo desejo de adequação a uma matriz binária heteronormativa.

Referências

- ARÁN, M., Zaidhaft, S., Murta, D. (2008). Transexualidade: Corpo, Subjetividade e Saúde Coletiva. *Psicologia & Sociedade*, Santa Catarina, v. 20 n. 1, p. 70-78, jan./abr. 2008.
- BENTO, B. (2006). *A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, J. (1990). *Problemas de gênero - Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. (1993). *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- _____. (2004). *Undoing gender*. New York e London: Routledge, 2004.
- PORCHAT, P. (2007). *Gênero, Psicanálise e Judith Butler: Do transexualismo à política*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, 2007.

Recebido em 20/11/2011; Aprovado em 5/1/2012.